

ESPAÇO | SOCIALISTA

Edição eletrônica -
Dezembro de 2015

Organização Marxista Revolucionária



INFLAÇÃO E DESEMPREGO MALTRATAM OS TRABALHADORES

CONJUNTURA NACIONAL

INFLAÇÃO, DESEMPREGO: OS EFEITOS DA
CRISE SOBRE OS TRABALHADORES

GREVE NACIONAL PETROLEIROS

DE UM LADO, DISPOSIÇÃO DE LUTA; DE
OUTRO, TRAIÇÃO DA FUP (CUT)

FORMAÇÃO

UM DEBATE SOBRE A CLASSE MÉDIA

MULHER

ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES NA PRÁTICA

EDUCAÇÃO

A LUTA CONTRA O FECHAMENTO DE ESCOLAS
SECUNDARITAS EM SÃO PAULO

INTERNACIONAL

MADURO, MORALES E BOLIVARIANISMO NÃO
SÃO SOCIALISTAS

ALTA DA INFLAÇÃO E ESCALADA DAS DEMISSÕES AMEÇAM A NOSSA CLASSE

Assistimos diariamente aos representantes dos patrões (PT, PSDB, PMDB, DEM) se engalfinham na política, com novas denúncias de corrupção. As ameaças de cassação de mandatos chegam até a se tornar banais e não sobra um sequer que possa ser defendido. Mas nos bastidores é possível ver que independente do partido a que respondem seguem em unidade permanente atacando nossos direitos. Após passar o facão na saúde e na educação, o último corte anunciado foi na área social, de R\$ 25 bi, já previsto no orçamento de 2016, afetando o Pronatec, o Proinfância e o programa de construção de cisternas do governo. A crise econômica se aprofunda e nós trabalhadores sofremos com a eterna ameaça de pagar a fatura de uma crise que não é nossa.

Enquanto precisávamos de um programa dos trabalhadores, os governos seguem um programa dos patrões, que tem sua expressão material na Agenda Brasil, grande acordo fechado entre os diversos setores do governo, e tem sua caricatura ideológica no atual Congresso e em suas medidas conservadoras e retrógradas. Esse processo de disputas políticas que a primeira vista parece contraditório nada mais é portanto do que a expressão de duas faces de uma mesma moeda. Basta observar que mesmo com uma roupagem de “esquerda”, os setores menos conservadores como o PT aplicam também a agenda dos patrões e não encampam uma luta real contra as investidas conservadoras dos demais setores. No fim, o programa burguês acaba prevalecendo sob um programa dos trabalhadores.

Um dos maiores reflexos de que nossos interesses são opostos aos dos patrões e de seus partidos é a escalada das demissões. Para garantir seus lucros milhares de trabalhadores têm sido jogados nas ruas. Segundo a própria FIESP, 31mil trabalhadores da indústria paulistana já foram demitidos desde o início do ano. A Fenabreve divulgou que somente no setor de concessionárias de veículos se acumularam até a primeira quizona de novembro 26 mil trabalhadores demitidos. No geral, a

população desocupada está estimada em 1,9 milhão e cresceu 56,6% em relação a 2014 (dados de setembro), representando mais 670 mil em busca de trabalho, segundo dados do IBGE.

Os trabalhadores da principal obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperi) já enfrentam uma longa temporada de demissões em crescente, que se agravou em janeiro de 2015, com milhares de demitidos e com o atraso no pagamento dos salários, que motivaram a construção de uma forte greve no início do ano, duramente reprimida e retaliada inclusive com a demissão de grevistas. A esse cenário de oportunismo da patronal frente a crise se soma o calote dos patrões. A Alumini, que empregava trabalhadores do complexo, por exemplo, só começou o pagamento dos trabalhadores demitidos agora em outubro e será feito em parcelas.

Na indústria, somente em outubro, a Ford, no Polo Industrial de Camaçari(BA) anunciou a demissão de 1400 trabalhadores. A metalúrgica Usiminas desativou parte de sua usina de Cubatão (SP) e anuncia cerca de 4000 demissões nos próximos 3 meses. Multinacionais também anunciam cortes que impactarão em suas plantas no Brasil, como a Microsoft, a 3M. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC) estima o fechamento de 181, 3 mil postos de trabalho com carteira assinada neste ano. A Santa Casa de São Paulo iniciou a demissão de 1397 funcionários, que impactará também em um maior déficit de um atendimento de saúde do qual dependiam os trabalhadores da região para cobrir os buracos do parco Sistema Único de Saúde (SUS).

A alternativa às demissões oferecida pelos movimentos governistas (com destaque para a CUT e a Força Sindical) é chamar de vitória chamado Plano de Proteção ao Emprego (PPE), um plano de proteção aos patrões, que permite que reduzam nossa jornada e salário em até 30% e mete as mãos no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para beneficiar as empresas. O PPE foi largamente implementado nos últimos meses em vários locais de trabalho com a ajuda das centrais sindicais pelegas.

Além disso, a medida tem sua consolidação legal agora no mês de Outubro com a aprovação de seu texto-base na câmara dos deputados.

CONDIÇÕES DE VIDA REBAIXADAS, LUCRO GARANTIDO

Infelizmente a crise mal começou. Os economistas dos patrões pensam a realidade em números e estão preocupados com a redução do consumo e o aumento da inadimplência. Mas os trabalhadores são seres humanos e estão sofrendo com o rebaixamento das suas condições de vida e trabalho.

Pela primeira vez os economistas a serviço dos patrões preveem que a inflação (IPCA) irá superar este ano os 10% (Relatório de mercado Focus, BACEN), o que representaria a maior inflação nos últimos 13 anos. O aumento dos preços está sob controle do empresariado, mas afeta diretamente a classe trabalhadora e os setores mais pauperizados sofrem com a alta dos preços dos alimentos e itens de necessidades básicas. É urgente o congelamento dos preços e que os trabalhadores tenham acesso ao que produzem.

As demissões abrem espaço para mais uma onda das chamadas reestruturações no campo do trabalho, com novas contratações por salários mais baixos e a intensificação da terceirização. As demissões este ano são imensuráveis. Soma-se a isso a lógica do arrocho salarial, que se agrava. Até agosto, foram 111 acordos coletivos assinados com redução nominal de salários. As categorias que conseguiram melhores acordos conseguiram no máximo repor a inflação, já defasada e grandes categorias nacionais tiveram reajustes abaixo da inflação. Não podemos assistir nossas vidas serem corroídas pelos interesses dos patrões.



**POR UMA ORGANIZAÇÃO
PERMANENTE DOS EXPLORADOS
CONTRA O AJUSTE!**

As direções sindicais e dos movimentos populares são majoritariamente controlados pelos governos por meio do PT. Em vez de lutar contra o ajuste fiscal têm auxiliado sua implementação, freando as lutas. Os trabalhadores fizeram sua experiência com o PT. Já não se trata mais de denunciar uma traição, mas de reconhecer que há muito tempo já estão do outro lado e de nenhuma ilusão neles nutrir. Entender o papel de conciliação de classes



que a burocracia petista cumpre no país é o ponto de partida para o movimento dos trabalhadores superar o estágio de dependência dessa velha burocracia e se desatrelar de vez dos setores estranhos à classe trabalhadora.

Será preciso que os trabalhadores se organizem e reajam contra cada ataque dos patrões e seus governos, contra cada setor oportunista que se colocar a frente dos nossos interesses. As promessas de reformar o capitalismo não têm mais espaço e se provaram meras ilusões. Cada vez mais é preciso entender que uma sociedade voltada para os interesses humanos não pode ser construída dentro de um sistema que prioriza o lucro. Somente a organização e luta permanente e independente dos trabalhadores pode construir uma sociedade sem nenhuma forma de exploração e opressão.

Levantemos bem alto a bandeira do socialismo ou nos restará apenas a barbárie!

CONTRA A INFLAÇÃO:

- √ Reajuste automático dos salários mensalmente acompanhando a inflação!
- √ Salário mínimo do Dieese!

CONTRA AS DEMISSÕES:

- √ Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, emprego para todos!
- √ Estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitirem em massa, ameaçarem fechar ou se mudar!
- √ Fim da terceirização! Efetivação de todos os temporários com os mesmos direitos!
- √ Formar comitês populares em defesa do emprego!

GREVE DOS PETROLEIROS: A DISPOSIÇÃO DE LUTA E A TRAIÇÃO DA FUP

No dia 13 de novembro, iniciou-se o desmonte da greve dos petroleiros, não porque a categoria não tinha mais disposição de luta ou porque as reivindicações tenham sido atendidas, mas porque a Federação Única dos Petroleiros (FUP filiada à CUT com 12 sindicatos) deliberou que a greve tinha que acabar. E foi em uma reunião de portas fechadas entre a direção da FUP e os representantes da empresa.

A PAUTA DA GREVE

A greve tinha como pauta a luta contra a privatização (venda de ativos e desinvestimento) e a manutenção de direitos que a empresa insistia em retirar (alguns retroagindo à 2007). Após 2 semanas de greve a empresa apresenta nova proposta que era revalidar o Acordo de 2013 (ou seja, recuando da retirada de direitos), reajustar 9,53% e jogar a questão do desinvestimento para um Grupo de Trabalho para estudos por 60 dias e envio de relatório para direção da empresa (mais enrolação do que coisa concreta...).

Os petroleiros nas diversas assembleias de base pelo país já haviam informado aos representantes da FUP que era uma questão moral. A reivindicação era de abonar os dias parados e de constar no acordo que não haveria punições aos grevistas, dado que foi a intransigência da empresa – jogar nas costas dos trabalhadores a conta da

corrupção e a retirada de direito “ que levou os trabalhadores à greve. Mesmo assim a FUP manteve seu indicativo de aceitar o acordo do RH e do governo.

Várias bases foram sendo levadas pelas diretorias dos sindicatos à suspensão da greve, com diversas manobras. Na Bahia e no Unificado de São Paulo, antes mesmo de receberem o acordo na íntegra, assembleias relâmpago suspenderam a greve no mesmo dia do indicativo, sem esperar as assembleias do restante do país ou mesmo discutir com os trabalhadores de outras bases, aceitaram a proposta da empresa e voltaram a trabalhar.

COMEÇA A REBELIÃO DE BASE

No dia 14, grevistas de base de sindicatos ligados à FUP, organizados (via *WhatsApp*, *Facebook* e piquetes) deram uma resposta contundente a burocracia governista. Os petroleiros de Minas Gerais por 89% dos votos na primeira assembleia, no Norte Fluminense “ a principal base, responsável por mais de 60% da produção de petróleo “ por 76% dos votos e em Duque de Caxias com 64% mantiveram a greve contra o indicativo da FUP e contra a diretoria desses sindicatos.

Pressionadas pela base, diretorias dos sindicatos do Ceará e do Espírito Santo se dividiram, e parte passou a defender a rejeição da indicação da FUP/RH. Nesses



estados a greve também é mantida, contra a vontade da FUP. No ES o percentual chegou a 92% pela greve. O recado foi dado tanto à FUP “ os trabalhadores não queriam sair desta greve de cabeça baixa “ quanto à direção da empresa: estavam dispostos a continuar a greve.

**FUP E EMPRESA INICIAM A
OPERAÇÃO DESMONTE**

A direção da empresa e a FUP iniciam a operação para acabar com a greve. Passam a refazer assembleias e enchê-las de fura greve e realizam assembleias em setores de não grevistas. Manobras que bem lembram as de Cunha na Câmara. Mais uma vez, contra as diretorias dos sindicatos e suas manobras, parte da categoria resiste.

Nas bases onde empresa e FUP foram derrotadas, inicia-se uma campanha de desmoralização dos grevistas. Alguns dos diretores do sindicato começam a enviar mensagens assediando os grevistas, amedrontando

os mais fracos com ameaças de demissão, falsas estatísticas de misteriosas previsões de “perdas futuras”.

O esforço das direções sindicais ligadas a FUP para desmontar a greve foi tanto que em muitos lugares simplesmente sumiram, abandonando os trabalhadores nos piquetes.

Sem conseguirem acabar de vez com a greve após dias de ameaças e, com uma proposta da empresa de “formar uma comissão e discutir” (das quais participam os sindicatos), os dias parados e a não punição em janeiro, a greve termina em MG, depois no Norte Fluminense. Espírito Santo resiste, mas terá de suspender também já que a principal base havia recuado.

O SENTIMENTO DOS TRABALHADORES É DE QUE NÃO FORAM DERROTADOS, FORAM TRAÍDOS

Nas bases da Federação Nacional dos Petroleiros (-FNP – 5 sindicatos com filiação a CSP”Conlutas/CUT/independentes) a greve se iniciou antes dos demais com muita força dos trabalhadores e se sustentou até o desmonte da greve no Norte Fluminense.

São muitas as lições desta que foi a maior greve dos últimos 20 anos. A primeira é a falência da FUP como organização capaz de liderar os trabalhadores contra o capital, devido sua insistência em colocar os interesses do governo acima dos interesses da categoria.

A FUP não está à altura das tarefas que se desenham. Construir uma alternativa de classe e antigovenista é fundamental para a classe operária se organizar e defender os direitos ameaçados e a privatização (venda de ativos) que ainda está em andamento.

O desmonte da greve foi a maior traição da história da FUP até hoje e

deixou evidente para a vanguarda a farsa do seu discurso. Como acreditar que uma greve “histórica” com reivindicações políticas e econômicas termina com uma promessa de um estudo num Grupo de Trabalho (sem garantir que não serão vendidos ativos e sem recuperar os que já tiveram a venda aprovada)?

A defesa do inimigo feita pela FUP, sua insistência em defender governo que é quem privatiza e tenta tirar direitos, a mando do capital, tornaram a FUP obsoleta.

É verdade que se mantiveram direitos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), porém o acordo é inferior à de diversas categorias, os dias parados não foram abonados, penalizando os grevistas e também não está garantido que não haverá futuras retaliações.

CONSTRUIR A ALTERNATIVA PELA BASE

Outra lição é a força demonstrada pela auto-organização dos petroleiros. O uso das “novas” mídias, permitiu o contato de trabalhadores pelo país e o debate intenso na base. O uso dos piquetes ajudou a envolver mais a vanguarda. Em MG, no NF e no ES foram os próprios trabalhadores de base organizados que derrubaram o indicativo da FUP.

Também ficou evidente os limites da FNP. Ainda que com um bom trabalho em suas bases, ela não conseguiu se tornar alternativa nacional neste momento. Não tirou política em tempo de aproveitar a rebelião de base, não organizou as oposições para o combate e vacilou na denúncia política do governo Dilma.

Os desafios dos próximos *rounds* são muitos. A venda de ativos não se deteve, a terceirização, e com ela o rebaixamento de direitos, segue e a possibilidade de repressão e perseguição aos lutadores também não pode ser descartada.

Por isso, umas das principais tarefas que temos é buscar formas de organização da base, para se colocar em alternativa a burocracia sindical e também preparar para as próximas lutas.

ALUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Sabemos bem os efeitos da privatização. Os resultados podem ser sentidos por toda população como no caso da Samarco (Vale – estatal que foi privatizada por FHC), estreitando ligações com a Petrobrás. “A Vale é comandada por Murilo Ferreira, presidente licenciado do CA [Conselho de Administração] da Petrobrás que, estranhamente, afastou-se da estatal, alguns dias antes de ser anunciada uma suspeita negociação para venda de 49% da Gaspetro à Mitsui. A multinacional japonesa é uma das controladoras da Vale e, portanto, tinha relação hierárquica direta com Murilo.”(FUP).

A busca pela expansão do lucro não se detém nem mesmo com a destruição de vidas e do meio ambiente, como ocorreu com o rompimento da barragem que estava sob responsabilidade da Samarco em Mariana (MG) causando diversos prejuízos ambientais em Minas Gerais, Espírito Santo. O desenvolvimento sob o domínio do capital é destruidor e ele não precisa passar por esse controle. No socialismo será possível aliar desenvolvimento com a preservação de todas as formas de vida porque ele visará a satisfação das necessidades humanas e não lucro.

◆ Pela reestatização integral da Petrobrás (100%), sob controle dos trabalhadores e pela retomada do monopólio estatal do petróleo. Nenhum direito a menos!

A ASSIM DITA “CLASSE MÉDIA”

SÉRGIO LESSA

O conceito de classe média é incompatível com o pensamento de Marx e Engels. Por várias razões. É um conceito vazio de significado: o que é “médio” tira o seu conteúdo dos extremos dos quais é médio. É um conceito de classe social desvinculado do trabalho, como categoria fundante da humanidade e, da economia, como momento predominante da reprodução das sociedades. Por isso, em sua caracterização, entram critérios que se

originam do poder aquisitivo, ou do padrão de consumo, ou de alguns traços culturais, ou do nível de formação profissional, ou de algumas características políticas – mas, jamais, do lugar que ocupam na estrutura produtiva. É um conceito típico da sociologia, a ciência da sociedade essencialmente burguesa, quase sempre com um conteúdo idealista ou politicista.

Contudo, se o conceito de classe média é radicalmente recusado pelo

marxismo, o problema a que ele se refere é real e um dos mais complexos na análise das classes sociais.

Todas as sociedades de classe conheceram duas classes fundamentais (senhores de escravos e escravos, senhores feudais e servos, burgueses e proletários). Em todas as sociedades de classe, a classe dominante necessitou de auxiliares para a manutenção da exploração dos trabalhadores. Dependendo do momento histórico e do

modo de produção, esses auxiliares podem ser mais ou menos numerosos, podem ter uma maior ou menor participação na riqueza que a classe dominante expropria dos trabalhadores, podem ter uma formação cultural mais ou menos elevada e assim sucessivamente. Os funcionários estatais (soldados, magistrados, religiosos, burocratas ou carcereiros etc.) são os auxiliares mais típicos das classes dominantes ao longo da história e, na quase maioria dos casos, são assalariados.

Mas há, também, outros setores da sociedade que não são nem da classe dominante nem da classe trabalhadora. Um bom exemplo são os camponeses na Grécia antiga, na República romana e, também, na França do século 19; outro exemplo são os artesãos que subsistiram em várias cidades durante a Idade Média.

Em poucas palavras, se é possível englobar todas as classes que vivem da exploração dos que produzem a riqueza social em um único conceito, o de classe dominante; se se é possível colocar escravos, servos e proletários no conceito de classe explorada, não é possível colocar juntos, em um único conceito, os camponeses da República Romana, os artesãos urbanos da Florença medieval e os assalariados não proletários do capitalismo desenvolvido. Em cada modo de produção e em cada sociedade, as classes que não pertencem nem aos dominantes nem aos explorados possuem uma composição e uma formação distintas —, sempre decorrentes, claro, do lugar que ocupam na estrutura produtiva das sociedades.

Estamos, portanto, diante tanto de um falso conceito de classe média quanto de um problema real. É um problema que se altera ao longo do tempo; em cada modo de produção e, no interior de cada um suas distintas etapas evolutivas, apresenta diferenças importantes em como essas classes se constituem e, portanto, em como participam das lutas de classe.

Por essa razão nos concentraremos no modo de produção capitalista desenvolvido e, mesmo assim, pegando apenas o seu caso mais típico, o da Europa Ocidental.

MARX E O 18 DE BRUMÁRIO

Há dois textos muito especiais em que Marx analisa eventos concretos da luta de classe. O primeiro deles é o *18*

Brumário de Luís Bonaparte e, o segundo, *As lutas de classe na França*. São especiais, primeiro, pelos objetos que estudam. As revoluções de 1848, em especial a da França e, no segundo texto, a Comuna de Paris de 1871. Em segundo lugar, porque são redigidos em um momento da evolução teórica de Marx em que as categorias mais importantes de seu pensamento já estão, no essencial, consolidadas. Não são textos como *A Ideologia Alemã* ou *A sagrada família*, em que questões decisivas receberiam, no futuro, soluções e formulações mais avançadas.

No *18 Brumário*... Marx analisa os processos ideológico e político pelo qual os setores e classes sociais se aproximam ou se afastam do proletariado ou da burguesia conforme a luta de classes se desdobra. Expõe a constituição social e o lugar que ocupam na estrutura produtiva os que não são nem proletários nem burgueses. Ele identifica, em primeiro lugar, os pequenos proprietários agrícolas que, por terem recebido de Napoleão o título de propriedade das terras que haviam tomado da nobreza durante a Revolução Francesa, vão seguir Luís Napoleão, sobrinho do grande Napoleão, mesmo que isso prejudique seus interesses de classe no longo prazo. Ele compara esses camponeses a um saco de batatas: estão lado a lado, contudo não compõem uma classe social capaz de entrar nas lutas com um projeto político próprio. A penetração do capital no campo tende a eliminar esse campesinato e a substituir por um muito menos numeroso proletariado rural.

Além desses camponeses, Marx identifica uma grande quantidade de pequenos burgueses. Isto é, burgueses, mas com pequeno capital. Desde os donos de pequenas vendas e negócios, pequenas oficinas, até os profissionais liberais (como eram, então, os médicos, farmacêuticos, alfaiates, costureiras e assim por diante). Ao lado deles, temos ainda uma vasta gama de funcionários públicos empregados pelo Estado e, por fim, outros profissionais assalariados, como os jornalistas, teatrólogos, *chefs* de cozinha etc.

Quando Marx quer se referir ao conjunto dessas classes e agrupamentos sociais, muito heterogêneo internamente e com participação política muito

diversificada mas, predominantemente, contrarrevolucionária, ele emprega o conceito de “classes de transição”. Vamos, pois, segui-lo também nesse particular. Deixemos de lado o conceito sociológico-burguês de classe média e adotemos o conceito marxiano de classes de transição.

AS CLASSES DE TRANSIÇÃO

A sociedade capitalista desenvolvida, industrializada, apresenta duas diferenças importantes se comparada com a da época de Marx. A primeira é o desaparecimento quase completo do campesinato, pequeno proprietário rural. A França é uma aparente exceção, porque lá o grande capital penetrou no campo também pela mediação da pequena propriedade agrícola. Em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, esse pequeno proprietário rural praticamente desapareceu frente ao *agrobusiness*, um desaparecimento que estamos assistindo em nossos dias no Brasil.

A segunda diferença importante é que o desenvolvimento das forças produtivas liberou uma vasta quantidade de trabalhadores das atividades que transformam a natureza (do trabalho) e os deslocou para o setor de serviços ou para o comércio. Cresceu assim, enormemente se comparado ao século 19, os assalariados que não transformam a natureza, isto é, que não são proletários.

Hoje em dia, nas economias mais desenvolvidas do planeta, entre a burguesia e o proletariado há uma enorme massa de assalariados com um poder aquisitivo que vai desde a linha da miséria, até aos executivos que recebem salários milionários. Ao lado deles, compõem também as classes de transição, uma vasta e heterogênea gama de pequenos burgueses, em geral comerciantes, donos de pequenas oficinas, de taxis e de vans de transporte público. Temos, ainda, a dita economia informal, desde o contrabandista tipo Paraguai ou o revendedor de roupas de grife que saíram com defeito das confecções, como ainda toda a cadeia de tráfico de drogas e de armas. No Brasil, hoje, dados indicam que cerca de 60% da força de trabalho se localiza nesse setor informal. Numericamente é, portanto, muitíssimo significativo.

O último setor importante das classes de transição, hoje, são os

funcionários públicos, dos carcereiros e torturadores ao Presidente da República. Conforme se intensifica a repressão e a necessidade de maior controle da sociedade pelo Estado, o número e o peso social desse setor tende a crescer.

ASSALARIADOS E ASSALARIADOS

Apesar das enormes diferenças profissionais, culturais, de poder aquisitivo e mesmo de concepção de mundo e de participação política das classes de transição, elas compõem, junto com a burguesia, a porção parasitária da sociedade. Tal como os burgueses, elas também vivem da riqueza produzida pelo proletariado.

Relembremos, em poucas palavras, o que vimos no artigo “Classes Sociais” no *Jornal Espaço Socialista* n. 77. Toda a riqueza de toda e qualquer sociedade vem da transformação da natureza em meios de produção e meios de subsistência. Isso é fácil de ser percebido nos modos de produção escravista e feudal. Ninguém, nesses casos, argumentará que o soldado romano ou o padre medieval produzem qualquer riqueza; pelo contrário: é evidente que vivem da riqueza produzida pelos escravos ou pelos servos.

No capitalismo desenvolvido, isso já não é assim tão evidente. Por duas razões. A primeira e menos importante é porque todos são, agora, tipicamente ou burgueses ou assalariados. O que gera a falsa impressão de todos os assalariados serem igualmente explorados pela burguesia. Veremos que são explorados, mas não igualmente explorados; a qualidade da exploração não é a mesma porque exercem distintas funções na estrutura produtiva.

A segunda, e mais importante, é que o capital é uma forma de propriedade privada que se reproduz diferentemente da propriedade privada escravista e feudal. Ainda que, como propriedade privada, seja a mesma apropriação pela classe dominante da riqueza produzida pelos explorados, o capital imediatamente se acumula pela mercadoria, ou seja, por aquele produto do trabalho que é portador da mais-valia.

Já vimos o que é a mais-valia: é o valor de uso da força de trabalho sob o capital. A força de trabalho é a única mercadoria que, consumida, produz um valor maior do que o seu próprio. Imediatamente, portanto, há dois tipos de trabalhadores assalariados: aqueles que

produzem mercadorias (e, assim, produzem mais-valia) e os que não o fazem. Os primeiros são chamados de trabalhadores produtivos e, os outros, de improdutivos. Mas, atenção: produtivos ou improdutivos de mercadorias, de mais-valia.

O exemplo clássico de Marx é um professor. Se ele trabalha em uma escola pública, é um trabalhador assalariado que não produz mais-valia. O Estado não vende ao aluno a mercadoria hora-aula do professor. Caso esse mesmo professor trabalhe em uma escola privada, ele será, então, um trabalhador produtivo de mais-valia. Pois, na escola privada, o seu trabalho se converte em uma mercadoria que o proprietário da escola vende aos pais dos alunos. O salário do professor possui um valor menor do que a hora-aula que ele produz, é uma mercadoria que, como toda mercadoria, é portadora de mais-valia.

Veja: o capital não se acumula com o trabalho do professor em uma escola pública. Mas se acumula com o trabalho do mesmo professor na escola privada. Isso é apenas uma decorrência de que trata-se de relações sociais diversas: o Estado fornece um serviço que é a educação pública, a escola privada vende uma mercadoria produzida pelo professor (a hora-aula). Para o capital, o salário do professor do Estado é custo, o da escola privada é fonte de mais-valia.

Os assalariados, portanto, se dividem em assalariados produtivos e improdutivos de mercadorias, isto é, produtivos ou improdutivos de mais-valia. Essa diferença é importante, mas não determina as classes sociais, como veremos a seguir.

TRABALHADOR PRODUTIVO E PROLETARIADO

Voltemos ao exemplo de Marx: o professor na escola privada. Vimos que ele produz uma mercadoria, a hora-aula que, vendida pelo proprietário da escola, se converte em mais-valia. O patrão que explora o professor, claro está, acumula o seu capital.

Contudo, o professor apenas pode receber o seu salário se houver compradores para a mercadoria hora-aula que ele produz e, por isso, é preciso que haja uma vasta quantidade de pessoas na sociedade que não tenham tempo para educar seus filhos e que, simultaneamente, tenham dinheiro

disponível para pagar a escola dos filhos. Ou seja, para que a escola seja um negócio lucrativo, é preciso que um montante de riqueza, sob a forma de dinheiro, já exista na sociedade. De onde provém essa riqueza que precisa existir para que o professor possa vender sua força de trabalho ao dono da escola?

DO TRABALHO DO PROLETARIADO

Podemos ser breves, porque já vimos isso em “A aristocracia operária”, no *Jornal Espaço Socialista* n.82. O trabalho que transforma a natureza gera um produto que, por ser natureza transformada, continua a existir depois de terminado o processo de sua produção. Por isso essa riqueza vai se acumulando na sociedade, de geração a geração. A cada ato de trabalho proletário, uma nova riqueza é acrescida à riqueza social já existente. A cada ato de trabalho proletário amplia-se o “capital social total” (Marx): produz-se um novo, antes inexistente, capital. A riqueza necessária para que o professor possa produzir uma mais-valia advém do trabalho proletário.

Muito resumidamente, funciona assim: a burguesia vende o produto gerado pelo trabalho proletário. Com o dinheiro obtido, ela paga todos os seus assalariados proletários ou não (administradores, executivos, chefes de oficina, engenheiros de todos os matizes, segurança na empresa etc.) e ela paga, também, os impostos que vão manter o Estado e, portando, que assalaria os funcionários públicos. A porção da mais-valia proletária que a burguesia industrial e do *agrobusiness* transferem aos bancos sob a forma de juros, também paga os assalariados do setor bancário. E, por fim, a parcela da mais-valia que a burguesia industrial transfere ao comércio também assalaria os trabalhadores deste setor.

Percebam: não apenas a riqueza da burguesia, mas também todos os salários têm sua origem no proletariado. O trabalho proletário, por ser fundante da sociedade burguesa, também é o produtor de toda a riqueza nela existente.

Em outras palavras, a única classe social que não vive da exploração de nenhuma outra é o proletariado (do campo e da cidade). Todos os outros assalariados vivem da riqueza que a burguesia extrai do proletariado. Há, portanto, assalariados e assalariados: as classes de transição, de um lado e, do outro, o proletariado. Essa é uma das

razões que fazem o proletariado a única classe revolucionária, no presente.

A EXPLORAÇÃO DAS CLASSES DE TRANSIÇÃO E A DO PROLETARIADO

A riqueza que a burguesia expropria do proletariado é dividida em duas porções, grosso modo. Uma porção é a mais-valia. Outra porção vai para pagar os custos da produção. Parte preponderante desses custos é o valor da força de trabalho. Quanto menor os salários, menor os custos de produção e, assim, maior a lucratividade do capital.

Há, portanto, uma contradição entre o conjunto dos trabalhadores assalariados e o capital. Este quer diminuir, aquele quer aumentar, o valor dos salários. Isto, as classes de transição e o proletariado possuem em comum: a luta pela ampliação dos salários.

Contudo, há um limite para esse campo comum: como os salários das classes de transição têm sua origem na exploração do proletariado pela burguesia, elas compartilham com a burguesia o interesse histórico pela manutenção da exploração do proletariado pelo capital. Apenas o proletariado tem interesse em extinguir a exploração do trabalho pelo capital, pois apenas o proletariado não vive desta exploração.

Ainda mais: a manutenção de baixos salários entre os proletários do campo e da cidade é uma das condições para que as classes de transição (1) tenham acesso a mercadorias de menor preço. Assim, muito mais frequente do que raro, as classes de transição tendem a ver com simpatia, quando não a apoiar, a repressão das lutas proletárias pelo Estado.

Não é difícil de perceber, portanto, que todos os assalariados são explorados pelo capital. Mas não da mesma maneira. Na medida em que os assalariados das classes de transição compartilham com a burguesia a riqueza que esta extrai do proletariado, sua luta é sempre pela manutenção do capitalismo, de preferência com seus salários aumentados. Isto, é claro, vale para o conjunto dos assalariados das classes de transição, sejam eles produtivos ou improdutivos de mais-valia.

A mais-valia cumpre, portanto, duas funções. A diferença entre elas é o fundamento da diferença entre os assalariados produtivos em geral e o proletariado. Ela sempre serve para a

acumulação do capital. Todo trabalhador produtivo de mais-valia contribui imediatamente para a acumulação do capital. Essa a primeira função, a mais imediata e visível delas.

A segunda função é a produção de um novo capital, de uma riqueza antes inexistente. A produção do capital, claro está, é sempre também uma sua acumulação. Mas nem toda acumulação é a produção de um novo capital, de uma riqueza antes inexistente na sociedade. Apenas o proletariado produz o capital, os outros trabalhadores produtivos de mais-valia apenas acumulam o capital — que apenas o trabalho proletário amplia o “capital social total”.

Por isso o proletariado — diferente dos assalariados produtivos das classes de transição — é a classe com potencial revolucionário: de suas mãos se origina a totalidade do capital, é a única que não explora outras classes.

CLASSES DE TRANSIÇÃO

O lugar que as classes de transição ocupam na estrutura produtiva determina seu caráter de classe: como vivem da exploração do proletariado, se aliam com a burguesia todas as vezes que a sociedade capitalista estiver ameaçada por uma revolução proletária. Nesses momentos, as classes de transição, em larga medida, aderem à contrarrevolução.

Contudo, um aumento dos salários das classes de transição pode significar uma diminuição da lucratividade do capital, e vice-versa. Abre-se, desta forma, um conflito permanente entre as classes de transição e a burguesia ao redor da divisão da riqueza que a burguesia expropria do proletariado. Aliadas dos capitalistas na manutenção do capital e, sempre que isto não estiver em jogo, em conflito permanente com a burguesia para ampliar seus salários: esse o conteúdo histórico das classes de transição nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

Em outras palavras, por não serem classes fundamentais (como a burguesia e o proletariado), são incapazes de um projeto próprio, de classe. Apenas lhes resta, então, a alternativa história real: manter ou revolucionar a sociedade burguesa. O conservadorismo e o reformismo são, por isso, elementos sempre presentes nas ideologias das classes de transição e refletem o fato de que, no antagonismo da burguesia com

o proletariado, ficam com a primeira contra o segundo.

Por trás das ideologias das classes de transição há, portanto, uma determinação histórica que brota da produção regida pelo capital. Esse é solo social de onde brotam as ideologias pequeno-burguesas. Elas são muitas e muito variadas, entre outras coisas porque são muito sensíveis às variações sociais e econômicas no interior das classes de transição. Algumas aparentam ser anticapitalistas e outras, são abertamente conservadoras.

Apesar dessa ampla variedade, uma característica comum a todas elas é pregarem que não há diferença entre os assalariados das classes de transição e o proletariado. Haveria apenas duas classes sociais, a burguesia e os demais assalariados. Isto significaria que o projeto da revolução proletária — o de superar a propriedade privada, de destruir o Estado, de deixar na lata do lixo da história as classes sociais e a família monogâmica — seria inviável pela simples razão da inexistência do proletariado. O possível seria a ampliação dos salários, a melhoria da distribuição de renda, o aperfeiçoamento da democracia — bem entendido, mantendo a exploração do proletariado.

Ao invés da revolução proletária, deveríamos agora lutar por “mais justiça”, “mais igualdade”, “mais democracia”... Trata-se, bem pesadas as coisas, de “mais do mesmo”, que já temos. E o que temos é a igualdade e a justiça da exploração do proletariado e, claro, a democracia — que nada mais é que o capital elevado à ordem política.

Quantas vezes não escutamos que a democracia deve ser “aperfeiçoada”? Se não há democracia sem exploração do proletariado — trata-se, na verdade, de ampliar os salários das classes de transição pelo aperfeiçoamento da exploração do proletariado.

Essa a primeira característica ideológica importante das classes de transição: negam a diferença de classe entre o proletariado e os demais assalariados para justificar ideologicamente a impossibilidade da revolução proletária. Velada a diferença que brota da estrutura produtiva, a distinção de classe entre o reformismo e a ideologia revolucionária fica reduzida à mera diferença de opiniões políticas.

Enquanto “apenas políticas”, as diferenças podem ser conversadas, negociadas – pode-se encontrar, pelo diálogo, um “campo comum”. Afinal, como diz a ideologia das classes de transição, “somos todos assalariados”. É evidente o quanto essa segunda característica foi importante, por exemplo, para o PT chegar ao poder.

A segunda característica importante é que, ao negar a contradição entre o proletariado e as classes de transição, cumpre-se uma importante função auxiliar no controle do proletariado. Quando os autênticos burgueses têm dificuldades para se apresentar como representantes de toda a sociedade, não raras vezes recorre-se às classes de transição.

Como elas são assalariadas, seus ideólogos mais facilmente do que os burgueses podem se apresentar como representantes de “todos os

trabalhadores”. Os proletários, vendo um trabalhador assalariado (2) no poder, são possuídos da esperança de que a vida vai melhorar sem ser preciso a superação do capital. Essa válvula de escape é fundamental para o capital evitar a eclosão da revolução quando esta se apresenta na história.

As classes de transição, portanto, são resultado inevitável no desenvolvimento das sociedades de classe. No capitalismo dos nossos dias, são, junto com a aristocracia operária, os aliados do grande capital contra a revolução proletária.

LEITURAS RECOMENDADAS

De Karl Marx: *O 18 brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classe na França*. Deste último, a edição da Boitempo traz também os rascunhos preparatórios. De Engels, *O socialismo jurídico*, editado por Márcio Naves (Boitempo), e *Do socialismo utópico ao científico* são análises clássicas

das ideologias pequeno-burguesas.

De Lenin, *O que fazer?* é o texto mais importante na distinção da ideologia reformista da ideologia revolucionária. *Proletariado e sujeito revolucionário*, de Lessa e Tonet (Instituto Lukács), discute a distinção de classe entre o proletariado e os demais assalariados no capitalismo dos nossos dias. Os textos contemporâneos mais significativos na defesa da igualdade de classe entre assalariados e proletários são de Ricardo Antunes (*Os sentidos do trabalho*) e de Antonio Negri (*O poder constituinte*).

NOTAS

(1) Vimos, no Jornal Espaço Socialista n.82, como isso também é válido para a aristocracia operária.

(2) Ou mesmo um aristocrata operário: basta o exemplo do Lula, mas há muitos na história

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: FORMAS DE ENFRENTAMENTO E POLITIZAÇÃO

A opressão da mulher não é algo recente na história da humanidade, ela perdurou por distintos modos de produção e está presente na atual sociedade. Uma das formas mais visíveis da referida opressão são as manifestações de violência contra mulher, que muitas vezes são naturalizadas. A violência contra a mulher não se dá somente nas expressões de agressões físicas, mas sexual, psicológicas, patrimonial e moral. Partindo desse entendimento se faz necessário discutir – com homens e mulheres – questões relacionadas ao gênero feminino, com ênfase na tentativa da desconstrução da opressão.

HISTÓRIA DA OPRESSÃO FEMININA

A opressão da mulher existiu em todas as sociedades, em qualquer momento histórico? Bem, não é isso que as pesquisas científicas no campo da antropologia, arqueologia e história demonstram.

De acordo com Sérgio Lessa, a divisão do trabalho na comunidade primitiva, ainda que levasse em conta a idade, a força física ou o sexo dos indivíduos, baseava-se na igualdade e na autonomia destes para a realização das tarefas necessárias ao desenvolvimento da comunidade. Todos tinham acesso ao que era coletado ou produzido. A

sobrevivência de cada indivíduo estava ligada à sobrevivência dos demais, constituindo-se um fato necessário para a perpetuação da espécie humana. Não havia desigualdade social entre homens e mulheres.

Nesse contexto, as mulheres, por serem capazes de gestar novos seres, tendiam a realizar trabalhos menos perigosos, no âmbito do ambiente doméstico, enquanto os homens se afastavam deste ambiente para caçar, pescar etc. Acrescentamos ainda que a amamentação era outro fator que demandava maior presença e permanência das mulheres junto às crianças. Neste período os seres humanos mantinham relações sexuais livremente, fato que, implicava a contagem da descendência pela linhagem feminina.

A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade de produção de excedente surgem as condições objetivas de exploração do ser humano pelo ser humano. A partir deste momento a sociedade se dividiu em classes. A maior parte da população passou a produzir a riqueza material, enquanto uma minoria se apropriou desta riqueza tornando-a propriedade privada. O



surgimento da propriedade privada provocou um reordenamento no âmbito da reprodução social.

Enquanto possuidor do controle sobre os instrumentos de trabalho e da riqueza produzida, que progressivamente crescia, o homem da classe dominante impôs o reconhecimento de seus descendentes pela linhagem paterna. Essa foi, como assinala Engels, “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 2012, p. 77, grifos do autor). A partir daí, dá-se a formação da família monogâmica (1), constituída pela consolidação do atriarcado, sistema de dominação que garante o direito do homem de ter os filhos como herdeiros e co controle sobre o corpo e a vida das mulheres. Isso inclui a sua força de trabalho - convertendo-a em servidora, instrumento de reprodução e escrava da sua “luxúria”, destituindo-a do comando do lar.

A família se desloca, então, do coletivo e se torna um núcleo privado, pois os indivíduos, agora com interesses antagônicos, precisam buscar sua sobrevivência individualmente. Desse contexto resultaram as bases materiais e

humano-sociais das relações de exploração e opressão do homem sobre a mulher.

Com o surgimento da sociedade burguesa, o trabalho feminino não fica restrito ao ambiente doméstico. Nas manufaturas, dada a necessidade de força física para operar os meios de trabalho, os homens constituíam maior número entre os trabalhadores. O trabalho feminino era reduzido. Essa situação somente se modificou quando se introduziu a maquinaria moderna na produção, que proporcionou além de seu ingresso mais efetivo, a exploração do trabalho infantil. Assim como os homens, elas passam a fazer parte da força de trabalho a ser explorada pelo capitalista, porém, com o valor rebaixado em relação ao trabalho masculino.

A MULHER NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Mesmo a mulher ganhando espaço no âmbito público, ingresso no mercado de trabalho e – muito posteriormente – no campo político, a relação de opressão que é fruto do patriarcado não foi superada. É comum às mulheres ocuparem postos de trabalho com remuneração menor que a do homem, serem vítimas de violência doméstica, sexual, psicológica, e ainda serem privadas de frequentar espaços públicos apenas por serem mulheres – por medo de danos a sua integridade física. Tais exemplos demonstram que a lógica de inferioridade da mulher em relação ao homem está presente nas sociedades de classes, que a mulher é relegada a cumprir papéis secundários e quando transitam por espaços públicos é vítima de violência.



CONTEXTO

Em 24 de outubro o Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Herman Woodwald, apresentou o projeto de Reorganização Escolar que pretende o fechar 94 escolas e alterar no funcionamento em outras. A rede apresenta hoje 5.108 escolas, das quais 1.443 são de ciclo único(1), outras 3.186 mantêm dois ciclos e 479 escolas têm três ciclos. Entre as escolas que atendem mais de um ciclo de ensino, 754 passarão a funcionar em segmento único.

Atualmente, os noticiários trazem inúmeras notícias da opressão da mulher na sociedade, são casos de estupros, escravização sexual, violência física e psicologia, degradação da moral dentre outros crimes que atacam a humanidade das mulheres, como é o caso do recente Projeto de Lei nº 5069/2013 de autoria do Deputado Eduardo Cunha que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados esse ano, que busca criminalizar ainda mais a mulher e impedir que ela possa decidir sobre o próprio corpo, quando em situações de risco de gravidez indesejada.

Diante disso, como as mulheres podem enfrentar a opressão vivenciada ao longo da história humana? Partimos do pressuposto que essa opressão só será superada com uma transformação social que elimine a propriedade privada, a exploração do ser humano pelo ser humano e todas as formas de opressão – base da sociedade dividida em classes sociais. Contudo, isso não significa que não há possibilidade de tecer lutas imediatas com horizonte de uma radical transformação social. Desse modo, é de fundamental importância que tenhamos como objetivo a realização de trabalho de base nos bairros de periferia, nas escolas, nos locais de trabalho que intencione politizar homens e mulheres para desencadear lutas contra a opressão, tendo por foco a desnaturalização da violência vivenciada cotidianamente pelo gênero feminino.

Partindo desse entendimento, o Espaço Socialista em Maceió (AL) iniciou um processo de politização de

adolescentes e jovens mulheres nas escolas da periferia. A identificação das adolescentes com o tema: *Violência contra a mulher*, ocorreu desde a primeira discussão, isto acontece por que essa forma de opressão é mais sentida nas classes oprimidas. As mulheres jovens da periferia sentem na pele diariamente esta opressão, seja ela no tratamento dado pelos colegas na escolas (de inferiorização e objetificação), pela distinção feita pela família entre filhos de sexo masculino e feminino, na responsabilização da gravidez não planejada, na culpabilização da mulher pela violência sofrida ou mesmo no momento em que procuram o primeiro emprego sempre mais precarizado em relação ao homem.

Devemos lutar diariamente contra todas as formas de opressão e, para isso, temos como tarefas:

Desconstruir a subordinação do gênero feminino em relação ao gênero masculino;

Identificar a opressão contra a mulher como própria das relações econômicas, políticas e sociais;

Nos organizarmos politicamente para o enfrentamento da opressão e inferiorização do gênero feminino.

NOTAS:

(1) A monogamia é um tipo de organização familiar que historicamente sempre limitou as relações sexuais das mulheres a um único parceiro como forma de garantir herdeiros legítimos para propriedade privada. Mas com relação aos homens este tipo de organização familiar é mais flexível, sendo socialmente aceito o homem ter várias parceiras.

A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR - “QUE EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”

As justificativas para a mudança são o aumento no desempenho escolar, o uso de salas ociosas em centenas de unidades em decorrência da municipalização e a redução demográfica ao longo dos anos de 2000 a 2015 – queda no número de alunos de 5,5 milhões para 3,8 milhões. Destes 94 prédios vazios, 66 serão disponibilizados para os municípios realocarem creches e escolas de Ensino Infantil. As outras 28 possivelmente irão prestar outros serviços de Educação, por exemplo, Etecs. Porém, é preciso considerar que, ao separar alunos por ciclos, priva-se o contato dos

“O Estado veio quente, nós já tá fervendo

Quer desafiar? Não tô entendendo

Mexeu com estudante, vocês vão sair perdendo”

MC Foice e Martelo. Escola de Luta, 2015.

mais jovens aprenderem com os mais velhos e os mais velhos aprenderem com os mais jovens, comum no desenvolvimento socio-histórico.

A utilização das salas ociosas e a redução demográfica na rede aparenta uma preocupação real do governo em melhorar os espaços públicos, porém ao

adentrar nas escolas, verifica-se que as salas estão superlotadas (cerca de 45 alunos por sala) e outras vazias. Muitas vezes pela falta de verba repassada à escola para criação de um espaço pedagógico, como o intencional sucateamento da educação pública acessada pelos filhos da classe trabalhadora, para que a contradição de classe perdure na sociedade capitalista.

Em relação à designação dos prédios para criação de Etecs a dúvida recai, pois o gasto com alunos, professores e infraestrutura para tal sobrepõe-se ao gasto regular das unidades existentes. Quanto às creches e ao ensino infantil, a proposta parece estar relacionada a dois pontos do Plano Estadual da Educação (PNE): a transferência do Ensino Infantil para os municípios até 2017 e a reformulação do Ensino Médio para um sistema em que os estudantes possam escolher as matérias que estudarão. A diminuição da rede proporcionará a inserção das escolas de Programa de Tempo Integral, financiadas também pela iniciativa privada.

Além disso, a especialidade das escolas pode parecer um benefício, mas para famílias que têm filhos em três ciclos as consequências serão enormes. É comum as (os) responsáveis aproveitarem qualquer intervalo no trabalho para buscar e levar os filhos, que estudam em ciclos e períodos diferentes, na mesma escola. Com a reorganização, será necessário percorrer duas ou mais escolas.

Cerca de 310 mil estudantes (10% da rede) serão afetados com a mudança e podem vir a estudar até 1,5 km longe de sua moradia. Nos casos de ausência do ciclo, na região onde mora, necessitará se deslocar mais 1,5 km até a escola. Assim se rompe o vínculo local e pessoal do aluno, desconsiderando a continuidade dos projetos pedagógicos e desprezando a valorização local, histórica e identitária do aluno e dos bairros. Além disso, as famílias ainda terão de ampliar os gastos com Educação, pois o gasto com o transporte deverá entrar no orçamento.

Um importante destaque deste projeto é o fechamento do período noturno que atinge o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) o qual compromete os alunos que trabalham durante o dia e terão de se direcionar as poucas escolas em que haverá aulas a noite.

Para os professores que já acumulam inúmeras dificuldades no acompanhamento individual do aluno e precarização de seu serviço, terão de lidar com o a consequente superlotação das salas de aula. Tudo isso sem contar que cerca de 40 mil professores e milhares de funcionários ficarão desempregados com fechamento das escolas e o encerramento das 3.000 salas de aula.

A política adotada assemelha-se a versão aplicada em 1995 na gestão de Mário Covas e, após seu falecimento, Alckmin, no qual Rose Neubauer secretária da educação forçou a municipalização do Ensino Fundamental I, que fechou 150 escolas, impactando 3.600 unidades, e a introdução da “aprovação automática”.

Se o governador se preocupasse com a qualidade do ensino, investiria nos profissionais da Educação, resolveria os problemas estruturais das escolas, quanto às condições de trabalho e à aprendizagem dos alunos, a partir de uma gestão escolar democrática.

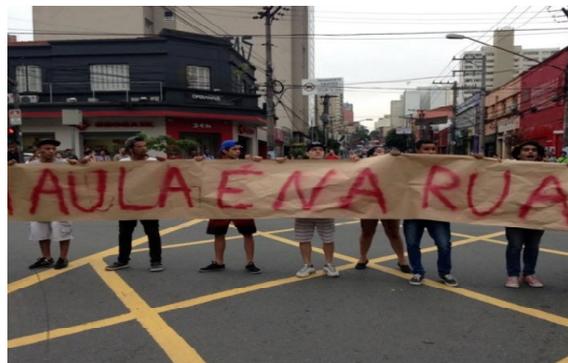
REAIS INTENÇÕES

A Reorganização Escolar e as mudanças ocorridas na Educação neste ano, como o corte no FIES, redução das verbas para pesquisas nas universidades públicas, são alguns dos reflexos da política de ajuste fiscal; horizonte a ser alcançado nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A fim de adaptar a vida da classe trabalhadora às necessidades do capital, o ajuste fiscal pretende elevar o lucro dos empresários e repassar parte das verbas arrecadadas para o pagamento da dívida pública, em detrimento das poucas conquistas históricas da classe trabalhadora, desde direitos trabalhistas até serviços básicos de atendimento.

O MOVIMENTO

Diversas comunidades escolares insatisfeitas com a falta de diálogo da secretaria da educação realizaram passeatas e buscaram o diálogo com as dirigentes de ensino em sua região. Após as tentativas, na segunda-feira (9/11), os alunos da E.E. Diadema ocuparam a escola como protesto. No dia seguinte, os alunos da E. E. Fernão Dias Paes, na



Zona Oeste de SP, também ocuparam a escola.

O movimento inspirou as lutas em outras escolas. Só na primeira semana, pelo menos 15 unidades em São Paulo e Grande São Paulo já estavam ocupadas. Com o pedido de reintegração de posse por parte do governador, a negativa por parte do Tribunal de Justiça e a incapacidade de conciliação entre governo e alunos, o movimento se ampliou, atingindo diversas cidades também no interior.

Em três semanas a ocupação de escolas atingiu cerca de 200 unidades, com a participação da comunidade escolar, dos movimentos sociais e das entidades políticas que se juntaram aos alunos, com apoio material e pessoal (vigília em frente à escola, atividades culturais, auxílio de advogados etc.).

A truculência de Geraldo Alckmin se expressou no decorrer das semanas, com as “ameaças” feitas nas escolas ocupadas, agressões a docentes, bombas lançadas durante a madrugada, além da falta de diálogo. Na quinta-feira (19/11), o secretário da educação propôs suspender (10 dias) a reorganização se os alunos desocupassem as escolas. Por meio de uma manobra midiática, a Folha de S. Paulo induziu que a reorganização estaria suspensa.

Na segunda-feira (23/11) Alckmin, tentando assegurar a integridade do SARESP, foi derrotado novamente na Justiça ao ver negada a reintegração de posse das escolas ocupadas. Em compensação, parece ter acordado com a UMES a ocupação parcial das escolas, para manter as aulas aos estudantes e possibilitando pequenas alterações nos planos iniciais da Reorganização Escolar, sem recuar acerca das unidades fechadas.

O cenário ainda em movimento aponta caminhos problemáticos, tanto pelo descaso do governo que tenta confundir os rumos da luta, como, e

principalmente, o papel da UMES que, como entidade estudantil, decide os rumos da luta, mas se acovarda frente ao governo estadual, pois aplica a política do governo federal. A UMES se amedronta frente à possível crítica da Educação atingir o governo federal, responsável pelo pagamento da dívida pública e o corte de verbas públicas, ao invés, de avançar na luta por uma Educação digna da classe trabalhadora.

As manifestações e ocupações pela cidade merecem o apoio da sociedade. Apenas se educando na luta conseguiremos atingir uma sociedade igualitária, socialista e que ofereça uma

Educação que priorize as capacidades individuais.

BANDEIRAS DE LUTA

Pela gestão democrática nas ocupações e que a comunidade escolar impulse a luta autônoma dos alunos rumo à ampliação das demandas educacionais, sem acordos parciais!

Pela formação de fóruns entre os estudantes secundaristas para formação de uma luta mais ampla.

Pelo fim da Reorganização Escolar, SARESP e todo sistema pedagógico implementado pela gestão PSDB nas últimas décadas.

Por escolas de qualidade, com mais professores, melhor remunerados, escolas com boa infraestrutura física, menos alunos por turma, autonomia no projeto pedagógico e uma Educação que valorize as potencialidades individuais.

Pelo apoio dos demais setores trabalhistas e unificação das lutas, em busca de uma greve geral e uma sociedade socialista.

NOTAS

O Ensino brasileiro é dividido em três ciclos, sendo eles: Infantil (1º ao 5º ano), Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio (1º ao 3º ano).

CHAVISMO, BOLIVARIANISMO, NACIONALISMO BURGUEÊS: NÃO SÃO SOCIALISTAS

O Desgaste de Dilma, a derrota do candidato a presidente Scioli na Argentina (aliado de Cristina Kirchner), a vitória da oposição de direita nas eleições municipais no Equador no ano passado, a provável derrota dos candidatos apoiados por Maduro na Venezuela sugere que os governos “nacionalistas burgueses” da América Latina perderam apoio popular, entram em crise e a oposição de direita avança.

Como parte desse avanço, a mídia e os setores de direita têm procurado desgastar não só esses governos, mas também o socialismo e a revolução, como se as ações desses governos tivessem alguma coisa a ver com as ideias de esquerda.

De maneira sagaz, esse setor de direita se apoia na retórica desses governos que, procurando se legitimar perante o movimento e os trabalhadores, se intitulavam como de esquerda e, no caso de Hugo Chávez, até como socialistas. Nada mais distante da realidade.

Os modelos econômicos aplicados por esses governos, ainda que com algumas pequenas medidas e programas sociais, são na sua essência projetos burgueses. O papel cumprido por esses governos é de gestão do capital, sendo que em muitos casos “como os governos petistas” é de continuidade do modelo neoliberal.

Em suma: são gestões que têm como base a exploração da classe trabalhadora e, para mostrar aos capitalistas que eram eficientes, desferiram muitos ataques aos direitos

da classe trabalhadora.

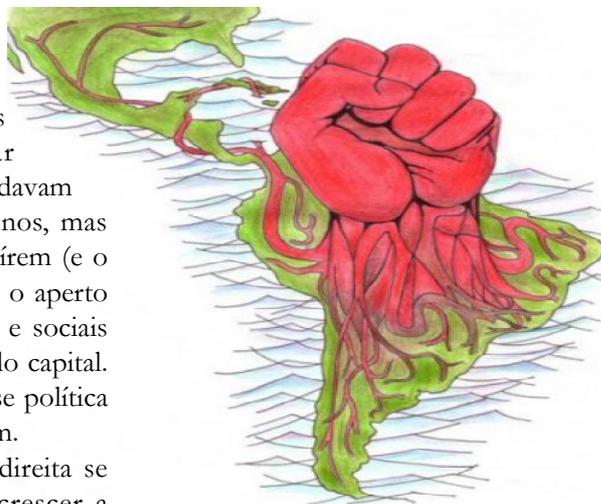
Quando alimentados pelo dinheiro que entrava pelas exportações de commodities conseguiram implementar alguns programas sociais que davam ares populares a esses governos, mas foram as exportações diminuírem (e o dinheiro também) para haver o aperto sobre os direitos trabalhistas e sociais para garantir a lucratividade do capital. Essa é a base da causa da crise política que esses governos atravessam.

A crise é profunda e a direita se aproveita disso para fazer crescer a oposição a esses governos no interior da própria classe trabalhadora e avançar para a ruptura em amplos setores populares.

É preciso desmascarar esse discurso que só serve para enganar os trabalhadores sobre os verdadeiros responsáveis pela crise e pelas condições de vida da população, que é o próprio capitalismo.

A DESLEGITIMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Nos anos 1990, a América Latina sofreu um intenso processo de confisco de recursos naturais (minério, petróleo e até mesmo a imprescindível água), de empresas estatais praticamente doadas a “investidores” (as privatizações, muitas com dinheiro público emprestado a juros abaixo do mercado), retirada de direitos (reformas sistemas previdenciários, entre outros), desregulamentação favorecendo o fluxo do capital financeiro, enfim,



transformações que impuseram um período de ofensiva sobre os direitos históricos dos trabalhadores.

Era o apogeu do neoliberalismo que permitiu aos capitalistas um salto na acumulação de capital e elevação das taxas de lucros. Há a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e impõe-se o “Estado mínimo”, retirada do Estado na gestão de vários serviços públicos (por via das privatizações) e quando continua na gestão é sob a forma precarizada como Educação, Saúde etc. Já para os burgueses se instaurou o “Estado máximo”, com empréstimos, concessão de serviços, da infraestrutura etc.

Em resposta a essa situação, no início dos anos 2000, ocorreram mobilizações em vários países da América Latina envolvendo milhares de trabalhadores e abrindo um novo período da luta de classes, com a classe trabalhadora se colando em oposição ao neoliberalismo.

Foi como parte desse processo que os setores que se opuseram a essas reformas se fortaleceram e ganharam as eleições em vários países do continente “Hugo Chavez na Venezuela, Kirchner na Argentina, Fernando Lugo no Paraguai, Lula no Brasil, Rafael Correa no Equador e Morales na Bolívia. Na Venezuela houve muita tensão, principalmente pela disputa pelo controle da PDVSA (petroleira estatal) que representa sozinha mais de 95% de tudo que o Estado venezuelano exporta.

AS ILUSÕES

Muitos trabalhadores e até organizações de esquerda depositaram confiança nos governos em tomar medidas de ruptura com o capital. Ledo engano. Nenhum deles apresentou medidas que colocavam o capital em risco.

Outros alegam que os programas sociais representam um grande avanço e, portanto, o caráter progressista e de esquerda desses governos. Claro que não somos contra esses programas (que em muitos casos representa o único meio de muitas famílias se alimentarem), mas isso ainda não é suficiente para tratar esses governos como de esquerda ou socialistas.

O custo com esses programas sociais é ínfimo (no Brasil representam somente 0,5% do PIB) e não oferece nenhum risco a rentabilidade do capital. Pelo contrário, ao chantagear milhões de pobres, impediu-se as revoltas sociais no continente.

Programas como o acesso à universidade, moradias populares e outros programas também não representou nenhuma ruptura principalmente pelo fato de que muitos deles se amparava na transferência de verbas públicas para a iniciativa privada.

Vale ressaltar que essas medidas foram financiadas pela entrada de recursos advindos da venda de commodities (petróleo, minério, produtos agrícolas) “que estavam com preço alto “no mercado mundial. Com os primeiros sinais de queda desses preços, a maioria desses programas ou foi extinto ou sofreu forte redução. Economias como a venezuelana e a equatoriana entraram em grave crise quando houve o declínio do preço do petróleo no mercado mundial.

Lula e Dilma, Cristina Kirchner, Hugo Chavez e Maduro, Rafael Correa, nenhum deles em momento algum

rompeu com as “suas” burguesias ou com o imperialismo. O Chavismo na Venezuela continuou vendendo petróleo para os Estados Unidos, Lula invadiu o Haiti e fez o jogo sujo em nome da superpotência e Cristina continuou a alimentar os banqueiros com o pagamento da dívida. Gritaram de um jeito e fizeram de outro.

Por isso esses governos não são socialistas. Mas, o que são então?

MAS ANTES...

Para dizer que não são socialistas, é preciso então saber o que é o socialismo.

Quando falamos em socialismo, a direita quer logo associá-lo a governos como o petismo, o chavismo ou ao regime coreano. Isso é falso.

O socialismo é antes de tudo um sistema social em que aquilo que é produzido atende as necessidades da coletividade, de toda a sociedade. Isso significa que há um planejamento geral na sociedade, no qual os trabalhadores (organizados em conselhos eleitos pela base) discutem e decidem o que e como produzir. Se a necessidade é trator para produzir mais alimentos serão produzidos tratores; se moradias serão produzidas casas; se é para melhorar a Educação, serão construídas escolas e será garantida a formação de professoras e professores.

Porém, para chegar a isso, será necessário destruir a propriedade privada, colocando esses meios de produção sob controle dos trabalhadores para que se possa produzir o que a classe trabalhadora decidir.

Mas, como sabemos, a burguesia, que para existir precisa de trabalhador para ser explorado, não vai deixar de lucrar e aceitar essas mudanças. Por isso, a necessidade da revolução socialista em que as trabalhadoras e os trabalhadores se organizem e assumam o controle desses meios de produção, por meio de conselhos democráticos e revolucionários.

Enfim, socialismo é uma etapa da história em que a humanidade vai começar a acabar com as classes sociais e com todas as formas de exploração.

Isso é, em linhas gerais e de forma sucinta, o socialismo.

ESSES GOVERNOS SÃO O QUE?

Como se vê, um governo socialista e de esquerda teria um programa de ruptura com os capitalistas e adotaria

medidas contra a burguesia. Definitivamente esses governos não são socialistas.

Essas são características de governos burgueses, tanto pelo modelo econômico pró-capitalistas que aplicam, como pela repressão exercida sobre os trabalhadores e é também mais um exemplo da falência da ideia de mudança social por dentro do Estado, de transformações “lentas e graduais”. Além de estar ultrapassada a tese reformista, a própria burguesia não aceitaria pacificamente que seus privilégios fossem alterados.

MAIS UMA VEZ, A FALTA DE ALTERNATIVA...

Como as condições que permitiram adotar alguns programas sociais não existe mais (queda do preço e da demanda das commodities no mercado mundial), o que presenciamos é a piora das condições econômicas e sociais. O desemprego e inflação no Brasil, a falta de alimentos e inflação na Venezuela, a crise econômica na Argentina, faz com que esses governos entrem em crise e abram espaço para a direita.

No plano político esse processo abriu caminho para a direita, como é possível perceber a eleição do candidato da direita Macri na Argentina, a oposição de direita favorita nas eleições legislativas venezuelanas de dezembro e no Brasil tudo aponta para o fim do “ciclo PT”.

Por fim, mas não menos importante, a nossa oposição a esses governos é pela esquerda, ou seja, não nos aliamos nem apoiamos as diversas posições de direita. Lutamos pela construção de uma alternativa socialista que possa nos oferecer um projeto independente, classista, socialista e baseada na organização dos trabalhadores. Esta é a condição para superar esses setores que tentam se passar por esquerda, mas que na verdade são, como já dissemos acima, projetos burgueses e de manutenção da ordem do capital.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1